Av. Constantino Nery nº 2.480 – Chapada
Manaus/AM
CEP 69.050-001 – Tel.: (92) 3186-8000
http://manausprevidencia.manaus.am.gov.br

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DA MANAUS PREVIDÊNCIA – COMINV.

1. **DATA, HORA E LOCAL:** Em 08 de novembro de 2016, às 09h00, nove horas, na sala de reunião da Sede da Manaus Previdência, situada na Av. Constantino Nery, 2480 – Chapada, nesta cidade Manaus-AM.
2. **MEMBROS PARTICIPANTES:** Raquel Ale Campos (Presidente do Comitê de Investimentos); Ana Silvia Domingues (Membro); Armilena Viana da Trindade (Membro); Edson Palheta Brasil (Membro); Flávio de Castro (Membro); Janio José Paes Guimarães (Membro); Raimundo Nonato de Oliveira (Membro); e Carolinne Nunes dos Santos (Secretária).
3. **PAUTA:** Discussão acerca da Política de Investimentos da Manaus Previdência 2017; e Outros assuntos que houver.
4. **ASSUNTOS TRATADOS:** A Presidente do Comitê iniciou a reunião entregando aos membros o processo no qual se dará o trâmite para elaboração da Política de Investimento 2017 da Manaus Previdência, tendo sido o mesmo formalizado através do nº 2016/17848/17915/00004, no sistema *protus*, e através do nº 2016.17848.17852.0.002873, no sistema *siged*. Em seguida, disse que a formalização da política de investimento na forma de processo traria mais respaldo para a Autarquia, caso venha a ser solicitada pelos órgãos de auditoria, no futuro. Seguidamente informou que o Conselho Diretor solicitou assessoramento técnico da Superintendência de Investimentos para elaboração da minuta, e que o mesmo foi prestado. Com atendimento ao art. 21, da Lei nº 1.803/2016, o CODIR remeteu a minuta da política para que fosse analisada pelo COMINV hoje, o qual poderá propor os ajustes que julgar cabíveis. Em seguida, a Presidente disse que infelizmente o estudo de ALM ainda não está pronto, sendo instrumento essencial para o direcionamento na estruturação da política, pois assim o Comitê teria mais segurança para realocar seus recursos a depender do passivo atuarial da Manausprev. O membro Jânio manifestou-se dizendo que o COMINV poderia trabalhar com as informações já disponíveis dos bancos de dados, até que o estudo saia. A Presidente, no entanto, rebateu afirmando que esses dados estão muito defasados, e incompatíveis com a realidade, tornando dificultosa a tomada de decisão quanto à alocação de recursos, uma vez que a Presidente não sabe as necessidades do passivo ao longo dos anos. O membro Silvia disse que entendia as afirmações feitas pela Presidente, mas ressaltou que os dados do último censo, realizado neste ano, exatamente com a finalidade de adequar a realidade dos segurados com os bancos de dados da PRODAM e da Manaus Previdência, já foi homologado e que os relatórios já estão sendo migrados para os sistemas, ficando disponíveis para que, tão logo, o CODIR juntamente com o atuário projetem o estudo de ALM. Acrescentou também que mesmo que as informações estejam distantes da realidade, por hora, existem estudos projetados com cenários de desembolso do passivo tendo por base dados bem conservadores, nos

quais foram utilizadas as informações dos bancos de dados deste RPPS e das folhas de pagamento da PRODAM. Disse que como as projeções são conservadoras, resguardam certa segurança quando na realização dos investimentos, além disso, até que os dados sejam migrados em sua totalidade, e estejam disponíveis, essas são as informações de que o Comitê dispõe para trabalhar. Ouvidas as palavras do membro Silvia, a Presidente sugeriu aos membros que assim que esses dados decorrentes do censo estivessem acessíveis, acionaria o CODIR para a criação do estudo de ALM o mais rápido possível. Todos concordaram com a sugestão de que o estudo requer urgência, sendo imprescindível para uma boa atuação do COMINV. Logo depois, passaram a tratar das alterações no texto da minuta da política de investimentos. A primeira sugestão partiu do membro Silvia, no segundo parágrafo, do item "2 Governança", nesse caso, indagou aos membros se esse "conselho administrativo" era o Conselho Municipal de Previdência, ou o Conselho Diretor. Após consultarem a lei, todos concordaram que o CODIR é o órgão equivalente ao "conselho administrativo", sendo assim a Presidente procedeu à alteração do texto, e completou com mais informações sobre o Comitê. A segunda alteração proposta pelos membros Jânio e Silvia, encontra-se no item "2.1 Comitê de Investimentos", referente à composição do Comitê, propuseram que no texto fosse colocada a atual formação, qual seja, o Superintendente de Investimentos que preside o Comitê, mais 06 (seis) membros, 03 (três) servidores da Autarquia, e 03 (três) servidores da administração direta do município de Manaus. Todos acataram a colocação dos referidos membros. Em seguida, indagou-se se o Comitê de Investimentos possui caráter consultivo ou deliberativo, o membro Silvia prontamente respondeu que ao consultar a Lei nº 1.803/2016, verificou no art. 03, que o Comitê possui caráter deliberativo. Seguindo com a leitura, o membro Silvia também sugeriu que todas as expressões "Diretoria Executiva" que fossem trocadas pela expressão "Conselho Diretor", uma vez que a lei de criação do RPPS não trata dessa "Diretoria Executiva", e o órgão que mais se assemelha a essa diretoria, no sentido de atribuições e relacionamento com o Comitê é o Conselho Diretor da Manaus Previdência. Dito isso, todos os presentes concordaram com a sua recomendação. Dando continuidade, a Presidente, no item "5 Carteira Atual", inseriu a referência do dia 31/10, e fixou os valores conforme os extratos da carteira da Manausprev nessa posição, ficando 83,50% em renda fixa, e 16,49% em renda variável, ambos respeitando os limites impostos pela norma, que são de 100% e 30%, respectivamente. No item "6.2 Cenário", quanto às referências acerca do cenário econômico, informou que as mesmas correspondem ao *Boletim Focus* (23/09/2016), que representa a média das expectativas dos principais agentes de mercado. Dando prosseguimento, ao chegar ao item "6.4 Alocação Objetivo", iniciou-se a discussão a respeito dos percentuais que ficarão disponíveis para as alocações em cada categoria, para o ano de 2017, levando-se em consideração também a composição atual da carteira. Aqui, a Presidente explicou que os limites definidos não possuem efeito vinculante, podendo ultrapassar o percentual estipulado caso o Comitê entenda que há uma oportunidade vantajosa de investimento num dado

momento, sendo apenas um parâmetro para as deliberações do COMINV. Além disso, a política poderá ser alterada a qualquer momento, a depender de deliberação, caso os percentuais que serão agora definidos estejam muitos distantes da realidade da carteira no período. Nesse sentido, após todos os membros examinarem atual composição da carteira, e refletirem entre si, os percentuais foram reservados da seguinte maneira, títulos públicos 20%; fundos que contenham somente títulos públicos 30%; operações compromissadas 0%; fundos de renda fixa / referenciados renda fixa IMA e IDka 15%; fundos de índices de renda fixa IMA e IDka 0%; fundos de renda fixa (normal) 30%; fundos de índices de renda fixa (normal) 0%; poupança 0%; letras imobiliárias garantidas 0%; FIDC aberto 8%; FIDC fechado 2%; fundo de crédito privado 5%; fundos de ações referenciados 5%; fundos de índices em ações 0%; fundos de ações 10%; fundos multimercados 5%; fundos de participações 5%; fundos de investimentos imobiliários 5%. Ao finalizar o preenchimento dos percentuais, a Presidente encerrou a reunião, e solicitou o agendamento de outra para a próxima semana, com a intenção de concluir a apreciação da política de investimento. Tendo sido esses os assuntos constantes da pauta deu-se por encerrada a reunião, às 11h00 (onze horas), da qual, eu, Carolinne Nunes dos Santos, participei e redigi a presente Ata que assino com os demais conselheiros.

PARTICIPANTES

Raquel Ale Campos *(Presidente do Comitê de Investimentos)*.....
Armilena Viana da Trindade *(Membro)*.....
Ana Silvia Domingues *(Membro)*.....
Edson Palheta Brasil (Membro).....
Flávio Rodrigues de Castro *(Membro)*.....
Janio José Paes Guimarães *(Membro)*.....
Raimundo Nonato de Oliveira (Membro).....
Carolinne Nunes dos Santos *(Secretária)*.....